

CONQUISTAS

Apesar da insensibilidade do Governo de Goiás, a greve da saúde evitou que mais direitos fossem retirados. Diante da garra e do poder de mobilização dos trabalhador@s grevistas, o Governo recuou e todos os servidor@s estaduais da saúde foram beneficiados.

Produtividade

O Governo Marconi vem tentando acabar com a gratificação de produtividade há mais de dois anos. Em 2016, chegou a publicar um decreto e encaminhar um projeto de lei à Assembleia Legislativa que pretendia reduzir em até 100% o valor pago desta gratificação. Devido ao movimento de greve, o Governo recuou e a gratificação de produtividade, que já estava praticamente perdida, foi recuperada beneficiando todos os trabalhador@s da saúde, inclusive aqueles e aquelas que

não aderiram à greve.

O Governo havia criado mecanismos que reduziram o valor da gratificação de produtividade, uma vez que o seu projeto era acabar integralmente com este direito o que não se concretizou graças à mobilização dos trabalhador@s. Isso valorizou muito a coragem de tod@s que se organizaram e fizeram a greve para lutar por mais dignidade e por direitos! No entanto, ainda há muito o que fazer.

Plano de Carreiras

Foi pago a segunda parcela do enquadramento no mês de dezembro do ano passado. De acordo com a referência, isso representou um ganho de 1% a 15% que foi estendido aos aposentad@s.

GOVERNADOR CORTA SALÁRIO NA VÉSPERA DO NATAL

De forma autoritária e unilateral, o Governo Marconi cortou os salários (na véspera do Natal) de aproximadamente 1.300 servidor@s que lutaram por seus direitos. Dessa forma, o Governo demonstrou que não é confiável na medida em que não cumpre os compromissos firmados em documento oficial.

Em nenhum momento, a paralisação dos trabalhador@s estaduais da Saúde foi considerada ilegal. Por meio de uma liminar, o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, Walter Carlos Lemes, reconheceu esse direito, mas solicitou que o comando grevista mantivesse 70% dos trabalhador@s nas unidades. A decisão foi respeitada pelos grevistas.

O Sindaúde/GO reitera o seu repúdio ao corte no salário do servid@r. O Sindicato acredita que não se pode cortar ponto de uma greve legal que foi provocada pela ilegalidade do Governo com o calote de seis anos na data-base. Essa reposição inflacionária (não se trata de aumento salarial) está garantida pela Constituição Federal e pela Lei Estadual.

Apesar dos questionamentos da gestão, não há nenhuma

decisão judicial que tornasse a greve ilegal. No entanto, há decisões no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) favoráveis aos trabalhador@s determinando o pagamento da data-base.

Tendo ciência desta legalidade, o próprio Governo, em ofício intersecretarial - assinado pelos secretários Joaquim Mesquita (SEGPLAN) e Leonardo Vilela (SES) em nome do governo - afirmam na alínea "e" do referido documento, que caso houvesse reposição dos dias paralisados, o Governo não cortaria o ponto e ainda devolveria o que já havia sido cortado, se fosse o caso. Covardemente, o Governo descumpriu esse acordo!

Diante desta situação, o movimento de greve aprovou por unanimidade a campanha da solidariedade (Saúde Solidária) com a finalidade de arrecadar recursos para, ao menos, reduzir os impactos da ação do Governo que cortou os salários dos servidor@s da saúde. Os trabalhador@s também reforçaram que não haverá trégua na luta por direitos, enquanto o Governo praticar injustiças contra o povo trabalhador@s da saúde.

AJUSTE FISCAL SÓ NO BOLSO DO TRABALHAD@R?

O Governo Federal tem buscado aprovar várias medidas que retiram direitos dos trabalhador@s, como é o caso da PEC-55 que congelou salários, acabou com concurso público, reduziu o investimento em saúde e educação pública. Além disso, dificultou o pagamento de aposentadorias por invalidez e do auxílio doença. A PEC-287 também dificulta o acesso a aposentadoria, como dentre outras coisas, aumenta o tempo de contribuição.

O Governo Marconi não é diferente. Ele também é contra o povo trabalhad@r e já aprovou no fim de 2016, o seu pacote de maldades reduzindo o dinheiro da saúde e o

percentual da gratificação por insalubridade. Essa medida também acabou com a realização de concurso público por 10 anos, Planos de Carreiras, licença-prêmio, congelou salários, acabou com quinquênio e ainda cortou até 100% dos salários dos trabalhador@s que lutaram pela saúde do povo e por seus legítimos direitos.

Diante desta realidade lamentável, é necessário que o trabalhad@r continue mobilizado lutando por seus direitos. O Sindsaúde/GO também irá recorrer na Justiça e fará o que for preciso para garantir aquilo que já é direito!

SINDSAÚDE EM AÇÃO

O que o Sindsaúde/GO está fazendo para garantir os direitos dos servidor@s?

A situação dos servidor@s da saúde é grave! No entanto, o Sindsaúde/GO, desde o início, seguiu rigorosamente todas as medidas para garantir a legalidade da paralisação e assim evitar retaliações. Mesmo assim, o Governo de Goiás tem agido de maneira perversa colocando os servidor@s em situações constrangedoras. O Sindsaúde tem batido de frente com o governador e já executou várias ações para garantir os direitos trabalhistas:

01

Conseguiu uma inédita audiência de conciliação com o Governo de Goiás junto ao desembargador Walter Carlos Lemes para negociar a pauta de reivindicação dos trabalhador@s da Saúde e evitar o corte de ponto. Porém, o governador ignorou o prazo dado pela Justiça e não apresentou nenhuma proposta de negociação;

02

Entrou com um mandado de segurança no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás para evitar o corte de ponto dos servidor@s. Em caráter provisório, o desembargador Norival Santomé indeferiu o pedido;

03

Recorreu da decisão do desembargador Norival Santomé;

04

Procurou todos os deputados estaduais e relatou a perseguição que os trabalhador@s da Saúde estão sofrendo por parte do Governo de Goiás. No mesmo documento, o Sindsaúde também pediu apoio parlamentar para garantir a integridade financeira do servid@r;

05

Diante do corte de maneira indiscriminada e sem qualquer critério legal, o Sindsaúde/GO entrou com uma nova ação na Justiça pedindo a suspensão imediata do corte nos salários até que seja julgado o mérito das outras ações;

06

Para garantir o pão na mesa do trabalhad@r, o Sindsaúde lançou a campanha "Saúde Solidária";

07

Sindsaúde/GO vai à Justiça para garantir o adicional de Insalubridade. Essa gratificação está prevista pela norma regulamentadora N- R15 do Ministério do Trabalho.

08

O Sindsaúde/GO irá continuar lutando para que a justiça seja feita com a devolução dos valores descontados no salário dos trabalhador@s. É urgente reparar essa atitude cruel do Governo.